

Caderno de Provas

CPJP 02 - NS

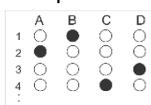
ASSISTENTE SOCIAL

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN**

05 de maio de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Futuro a distância

A aura de sacralidade que envolve o corpo humano e, por extensão, a prática médica enfrenta seguidos desafios postos por inovações técnicas, como a telemedicina, hoje, ou a reprodução assistida, no passado. A inquietação daí surgida justifica prolongar o debate, mas não afastar indefinidamente futuros aperfeiçoamentos.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) baixara resolução, para entrar em vigor em maio, regulamentando o atendimento a distância. Foram tantas as reações contrárias e de questionamento que a norma foi revogada, pois não haveria tempo hábil para processar todas as objeções e sugestões.

Mas muito do que se regulamentava ali já existe como praxe de mercado, caso de consultas remotas.

Embora exame físico e anamnese presencial constituam os fundamentos básicos da relação entre médico e paciente, existem casos em que são dispensáveis (como na entrega de resultados de testes laboratoriais) ou ficam impossibilitadas pela distância.

A resolução do CFM estipulava regras para esse tipo de encontro, como ser necessariamente precedido por um contato pessoal, contar com autorização do paciente e ficar gravado em meio digital. Fixava, ainda, normas para outros procedimentos, como telecirurgias.

Algumas questões levantadas fazem sentido, como a obrigatoriedade de gravação da teleconsulta. Se não se exige tal coisa em encontros presenciais, por que fazê-lo quando se recorre a meios tecnológicos? Abre-se flanco considerável para deslizos de privacidade e se reforça o preconceito retrógrado contra a modalidade inovadora.

Por detrás da aparente preocupação com a qualidade do atendimento, está a suspeita, oculta-se o zelo corporativo que tantas vezes resiste ao aumento de produtividade. Não há mal algum em banalizar (no bom sentido da palavra) a telemedicina, se isso não acarretar prejuízo ao doente.

Não são raras as consultas, hoje em dia, em que o médico dispensa uma conversa atenta e a interação física com pacientes em favor da realização de exames laboratoriais ou de imagem. Identifica-se algo de tecnocrático e desumanizador nesse tipo de relacionamento, com alguma dose de razão.

Admitindo que seja necessário combater tal tendência, a melhor maneira de fazê-lo seria rever o tipo de formação oferecida nas faculdades de medicina, como já se faz em alguns estabelecimentos. Não será com obstáculos à tecnologia, quando ela se provar mais útil e barata, que se reduzirá o distanciamento entre médicos e pacientes.

Disponível em: <www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 08 mar. 2019.

01. O texto, de forma preponderante,

- A) constrói uma imagem negativa em torno da banalização da telemedicina nas consultas médicas.
- B) articula um posicionamento concessivo sobre o uso da telemedicina na relação médico-paciente.
- C) refuta quaisquer discursos favoráveis ao uso da telemedicina na relação médico-paciente.
- D) critica a decisão do Conselho Federal de Medicina no que se refere à telemedicina.

As questões 2 e 3 referem-se ao parágrafo reproduzido a seguir.

Algumas questões levantadas fazem sentido, como a obrigatoriedade de gravação da teleconsulta. Se não se exige tal coisa em encontros presenciais, por que fazê-lo quando se recorre a meios tecnológicos? Abre-se **flanco** considerável para deslizos de privacidade e se reforça o preconceito **retrógrado** contra a modalidade inovadora.

02. Sobre esse parágrafo, é correto afirmar:

- A) **tal coisa** e **-lo** retomam a mesma informação.
- B) **se** exerce a mesma função em todas as ocorrências.
- C) **tal coisa** e **-lo** retomam informações distintas.
- D) **Se** exerce função de pronome na primeira ocorrência.

03. As palavras em destaque foram empregadas, respectivamente, no sentido de

- A) lado e atrasado.
- B) lado e liberal.
- C) espaço e progressista.
- D) espaço e antiquado.

As questões 4 e 5 referem-se ao período reproduzido a seguir.

Fixava, ainda, normas para outros procedimentos, como telecirurgias. (l.15)

04. Esse período apresenta

- A) apenas uma oração cujo sujeito encontra-se posposto ao verbo.
- B) apenas uma oração cujo sujeito está explícito no período anterior.
- C) duas orações e o sujeito da primeira está explícito no período anterior.
- D) duas orações e o sujeito da primeira está explícito na segunda.

05. Sobre a pontuação desse período, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, o sentido permanecerá inalterado se

- A) for colocado um ponto após a palavra “ainda”.
- B) for retirada a vírgula após a palavra “ainda”.
- C) forem retiradas as vírgulas que demarcam a palavra “ainda”.
- D) for colocado um ponto antes da palavra “ainda”.

06. Considere o período:

Não são raras as consultas, hoje em dia, em que o médico dispensa uma conversa atenta e a interação física com pacientes em favor da realização de exames laboratoriais ou de imagem.

Esse período é representativo da sequência

- A) narrativa e apresenta verbos no pretérito perfeito, em uma relação de anterioridade/posterioridade.
- B) descritiva e apresenta verbos no pretérito imperfeito em uma relação de simultaneidade.
- C) narrativa e apresenta verbos no presente, em uma relação de anterioridade/posterioridade.
- D) descritiva e apresenta verbos no presente, em uma relação de simultaneidade.

07. Considere o trecho:

O Conselho Federal de Medicina (CFM) **baixara** resolução, para entrar em vigor em maio, regulamentando o atendimento a distância. Foram tantas as reações contrárias e de questionamento que a norma foi revogada, pois não **haveria** tempo hábil para processar todas as objeções e sugestões.

Sobre os verbos em destaque, é correto afirmar:

- A) o primeiro está flexionado no pretérito mais-que-perfeito, e um de seus usos indica um fato passado anterior a outro também passado; o segundo está flexionado no futuro do pretérito, e um de seus usos indica um fato posterior a um fato no passado.
- B) o primeiro está flexionado no futuro do presente, e um de seus usos indica um fato posterior ao momento da fala, mas certo de ocorrer; o segundo está flexionado no futuro do pretérito, e um de seus usos indica um fato posterior a um fato no passado.
- C) o primeiro está flexionado no futuro do pretérito, e um de seus usos indica um fato posterior a um fato no passado; o segundo está flexionado no futuro do presente, e um de seus usos indica um fato posterior ao momento da fala, mas certo de ocorrer.
- D) o primeiro está flexionado no pretérito mais-que-perfeito, e um de seus usos indica um fato passado anterior a outro também passado; o segundo está flexionado no futuro do presente, e um de seus usos indica um fato posterior ao momento da fala, mas certo de ocorrer.

08. Considere o período:

Não será com obstáculos à tecnologia, quando ela se provar mais útil e barata, que se reduzirá o distanciamento entre médicos e pacientes.

O trecho em destaque apresenta ocorrência de

- A) regência verbal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso do acento grave.
- B) regência nominal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso da preposição “com”.
- C) regência verbal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso da preposição “com”.
- D) regência nominal, em que o termo regente e o termo regido justificam o uso do acento grave.

09. O gênero discursivo do texto apresenta traços dominantes também encontrados

- A) na notícia.
- B) no manual de instrução.
- C) no artigo de opinião.
- D) na ata.

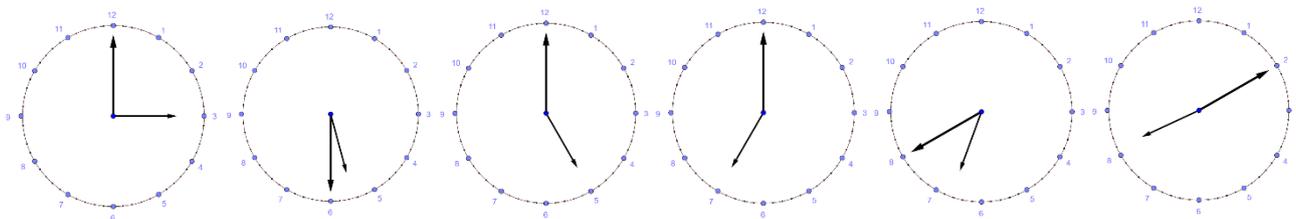
10. Exerce função substantiva o trecho destacado em:

- A) Não são raras as consultas, hoje em dia, **em que o médico dispensa uma conversa atenta** [...]
- B) [...] oculta-se o zelo corporativo **que tantas vezes resiste ao aumento de produtividade**.
- C) Admitindo **que seja necessário combater tal tendência** [...]
- D) A aura de sacralidade **que envolve o corpo humano** [...]

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA – NÍVEL SUPERIOR

11. Apresentadas as premissas: “Todos gatos são cães.” e “Alguns pássaros não são cães.”, a expressão que torna o argumento válido é
- A) “existem pássaros que não são gatos.”
 - B) “todos os pássaros são cães.”
 - C) “nem todos os gatos são cães.”
 - D) “nenhum gato é cão.”
12. Em uma mesa foram colocados três recipientes: I, II e III. No recipiente I, havia 5 cartões azuis, 2 brancos e 1 cinza. No recipiente II, havia 2 cartões azuis, 3 brancos e 4 cinzas. No recipiente III, havia 3 cartões azuis, 4 brancos e 2 cinzas. Considerando que todos os cartões têm a mesma chance de serem retirados, a probabilidade de se retirar um cartão de cada urna e de os três serem da mesma cor é de, aproximadamente,
- A) 8,7%.
 - B) 15,8%.
 - C) 9,6%.
 - D) 12,5%.
13. Dada a frase: “Piranha é peixe e o rio é caudaloso”, sua negação é:
- A) Piranha é peixe e o rio não é caudaloso.
 - B) Piranha não é peixe ou o rio é caudaloso.
 - C) Piranha não é peixe e o rio não é caudaloso.
 - D) Piranha não é peixe ou o rio não é caudaloso.
14. Henrique tem uma coleção de miniaturas de veículos. Ele possui 2 caminhões diferentes, 4 motos diferentes e 4 carros diferentes. Ele deseja organizá-los lado a lado, de modo que veículos do mesmo tipo fiquem sempre juntos, e as motos, na mesma ordem. Então, o número de maneiras distintas que ele pode organizar suas miniaturas é
- A) 48.
 - B) 288.
 - C) 144.
 - D) 96.

15. Nas imagens a seguir, as horas apresentadas nos relógios, da esquerda para a direita, obedecem determinada sequência lógica, sem, necessariamente, obedecer a uma ordem cronológica.



Respeitando-se essa lógica, o próximo relógio da sequência apresentará o horário

- A) 7h40min.
- B) 7h30min.
- C) 8h00min.
- D) 7h50min.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE SOCIAL – SUPERIOR

16. A Assistência Social, na Constituição Federal de 1988, é parte do tripé da Seguridade Social. Conseqüentemente, a lei 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social, considera que a Assistência social
- A) objetiva o atendimento das necessidades básicas por meio de ações de iniciativa do poder público.
 - B) é política de seguridade social não contributiva.
 - C) é realizada por meio de ações de iniciativa da sociedade civil, exclusivamente.
 - D) defende a proteção social em detrimento da prevenção da incidência de riscos.
17. Entre os princípios elencados e defendidos pela LOAS (Lei orgânica da Assistência Social) está a
- A) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para a sua concessão.
 - B) supremacia do atendimento às necessidades sociais conforme exigências de rentabilidade econômica.
 - C) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, em detrimento da equivalência de populações urbanas e rurais.
 - D) universalização dos direitos sociais, tornando o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas, de modo secundário.
18. A Assistência Social compreendida como direito do cidadão e dever do Estado apresenta diretrizes para sua concretização. Desse modo, é diretriz da Assistência Social
- A) a participação da população, por meio de organizações representativas, no controle das ações apenas em esfera municipal.
 - B) o compartilhamento da responsabilidade do Estado com setores da sociedade civil na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.
 - C) a descentralização político administrativa para os Estados, Distrito Federal e Municípios, abdicando o comando único.
 - D) a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo.
19. A Assistência Social apresenta, em sua estruturação, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Assim, um dos objetivos delineados na formulação desse sistema diz respeito a
- A) despriorizar a consolidação da gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federados, que, independentemente, operam a proteção social não contributiva.
 - B) desafiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.
 - C) implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social.
 - D) definir os níveis de gestão apesar da desconsideração das diversidades regionais e municipais.

20. A Assistência Social, em sua organização, apresenta tipos de proteção social classificados em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Nesse sentido, pode-se considerar que
- A) a proteção social especial é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
 - B) a proteção social básica diz respeito ao conjunto de serviços, programas e projetos que têm por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, a proteção das famílias e dos indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.
 - C) a proteção social básica compreende o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.
 - D) a vigilância socioassistencial não se configura instrumento de proteção da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social.
21. Segundo AMARO (2003), “é uma prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar”. A afirmação é referente a
- A) acompanhamento social.
 - B) busca ativa.
 - C) entrevista.
 - D) visita domiciliar.
22. A Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Nesse sentido, apresenta o elenco de competências e atribuições privativas do Assistente Social. Então, pode ser considerada competência do Assistente Social
- A) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
 - B) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
 - C) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.
 - D) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso desses recursos no atendimento e na defesa de seus direitos.
23. Conforme o contexto da lei que dispõe sobre a profissão de Assistente Social (8.662/1993), são consideradas atribuições privativas do Assistente Social
- A) coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.
 - B) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
 - C) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais.
 - D) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

24. O Código de Ética Profissional do Assistente Social, Resolução CFESS 273/93, apresenta, em sua descrição, os itens referentes aos direitos e deveres do profissional do Serviço Social. Nesse âmbito, é dever do Assistente Social
- A) o aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios do código de ética profissional.
 - B) a abstenção, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes.
 - C) a participação na elaboração e no gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.
 - D) o pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesses da população.
25. O Código de Ética Profissional do assistente social, Resolução CFESS 273/93, informa que é direito do assistente social, no exercício da profissão,
- A) ampla autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções.
 - B) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
 - C) desempenhar suas atividades profissionais em eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
 - D) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão.
26. É defendido pelo Código de Ética (Resolução CFESS 273/93) que o Assistente Social, em seu exercício profissional, no tocante às relações com os usuários, tem o dever de
- A) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários por meio de programas e políticas sociais.
 - B) contribuir para a alteração de correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
 - C) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
 - D) ter livre acesso à população usuária para a operacionalização de instrumentos de policiamento dos comportamentos.
27. O Código de Ética Profissional do Assistente Social, Resolução CFESS 273/93, também apresenta posturas que são vedadas ao Assistente Social, no exercício da profissão. No tocante às relações com outros assistentes sociais e demais profissionais, é vedado ao assistente social
- A) emprestar o seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para a simulação do efetivo exercício profissional.
 - B) ser conivente com falhas éticas de acordo com os princípios do código de ética e com erros técnicos praticados por assistente social e qualquer outro profissional.
 - C) usar ou permitir o tráfico de influência para obtenção de emprego, desrespeitando concursos ou processos seletivos.
 - D) aproveitar-se de situações decorrentes da relação assistente social-usuário para obter vantagens pessoais ou para terceiros.

28. A atuação do assistente social no âmbito da política de saúde ocorre em quatro eixos, entre eles tem-se o “Atendimento direto aos usuários”. Nesse sentido, o atendimento direto aos usuários
- A) se dá nos diversos espaços de atuação profissional na saúde, desde a atenção básica até os serviços que se organizam a partir de ações de média e alta complexidade.
 - B) só é possível no âmbito da atenção básica, desconsiderando os hospitais gerais, de emergência e especializados, incluindo os universitários, independentemente da instância à qual é vinculada seja federal, estadual ou municipal.
 - C) desconsidera materialidade na estrutura da rede de serviços brasileira a partir das unidades da Estratégia de Saúde da Família, dos postos e centros de saúde, policlínicas, institutos, maternidades e Centros de Apoio Psicossocial (CAPs).
 - D) privilegia a esfera de governo municipal para sua materialidade, considerando as ações de atenção básica, de média e de alta complexidade.
29. As ações socioeducativas desenvolvidas no âmbito da política de saúde são aquelas que “consistem em orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população de determinada área programática”. Desse modo, essas ações
- A) são pautadas no fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que induzem à adesão do usuário.
 - B) devem-se constituir em eixo central da atuação do profissional de Serviço Social e recebem também a denominação de educação em saúde.
 - C) negam o objetivo da consciência sanitária, embora seja objetivo defendido pelo Projeto Privatista.
 - D) desconsidera os aspectos de análise dos determinantes sociais das situações apresentadas pelos usuários, elemento defendido pela Reforma Sanitária.
30. O processo de descentralização das políticas sociais vem requisitando aos profissionais de Serviço Social a atuação nos níveis de planejamento, gestão e coordenação de equipes, programas e projetos. Tal realidade também ocorre na política de saúde, sendo necessário que, na atuação do Assistente Social,
- A) as investigações realizadas desconsiderem o objetivo de alimentar o processo de formulação, a implementação e o monitoramento do planejamento do Serviço Social, da política institucional, bem como da política de saúde local, regional, estadual e nacional.
 - B) a contribuição do profissional de Serviço Social na gestão e no planejamento descarte a busca da intersectorialidade, na perspectiva de conceber a saúde no âmbito da Seguridade Social.
 - C) haja embasamento de ações pela realização de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e as demandas da classe trabalhadora, além dos estudos sobre o perfil e situação de saúde dos usuários e/ou coletividade.
 - D) é desnecessária a participação do profissional em equipe de auditoria, controle e avaliação, pois são instâncias ocupadas por outros profissionais.